

RESOLUÇÃO DO COLEGIADO DA PÓS-GRADUAÇÃO Nº 2/2024

Regulamenta o processo de credenciamento, credenciamento e descredenciamento dos(as) professores(as) orientadores(as) do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF) da Universidade de Brasília (UnB) e estabelece critérios para a composição do corpo docente do Programa.

O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF) da Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília (UnB), no exercício de suas competências regimentais, em reunião realizada em 13/05/2024, em conformidade com as disposições do seu regulamento interno, bem como das Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) n.º 0080/2017 e n.º 0083/2020, e das Resoluções da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP) n.º 0001/2003, n.º 0002/2011 e n.º 0012/2020, além da Portaria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) n.º 81/2016, aprova a presente resolução.

CAPÍTULO I**DO PROGRAMA E CORPO DOCENTE**

Art. 1.º O PPGCINF é ofertado na modalidade *stricto sensu*.

Art. 2.º O PPGCINF estrutura-se em uma área de concentração e duas linhas de pesquisa.

Art. 3.º O corpo docente é constituído por pesquisadores(as) com título de Doutor(a) pertencentes ao quadro efetivo da UnB, podendo contar com a colaboração de pesquisadores(as) doutores(as) externos(as).

Parágrafo único. Pesquisadores(as) vinculados a outras instituições podem pleitear credenciamento mediante estabelecimento prévio de vínculo como professor(a) colaborador(a) da UnB, nos termos da Resolução do CEPE n.º 47/2022.

Art. 4.º As categorias de docentes do Programa compreendem os grupos permanente, visitante e colaborador(a), com a possibilidade de credenciamento para orientação específica.

§ 1.º O credenciamento de novos(as) docentes para orientações específicas está restrito às atividades de coorientação.

§ 2.º Professores(as) visitantes são definidos(as) como docentes que atendam critérios estabelecidos na legislação e tenham sua participação no Programa viabilizada por contrato de trabalho temporário com a instituição ou por bolsa concedida pela própria instituição ou por agência de fomento.

Art. 5.º O corpo docente deve ser distribuído equitativamente entre as linhas de pesquisa, com uma discrepância quantitativa não superior a 20% entre elas.

Art. 6.º O corpo docente deve ser composto por, no mínimo, 70% de docentes permanentes e, no máximo, 30% de docentes colaboradores.

Parágrafo único. A Coordenação do PPGCINF pode ajustar a composição de seu corpo docente entre as categorias permanente e colaborador(a), para fins administrativos, em consonância com as avaliações da CAPES.

Art. 7.º O Núcleo Docente Permanente deve ser constituído por, no mínimo, 70% de docentes efetivos(as) da UnB em regime de dedicação exclusiva.

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS PARA CREDENCIAMENTO

Art. 8.º No processo de credenciamento de docentes, os(as) interessados(as) devem atender aos seguintes requisitos:

I- Apresentar título de doutor(a);

II - Comprovar ter concluído pelo menos uma orientação ou coorientação de mestrado ou doutorado, ou ter finalizado a orientação de dois(duas) discentes de graduação nos últimos cinco anos. As orientações de graduação podem ser distribuídas entre o Programa de Iniciação Científica (ProIC), ou Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), ou Monografias ou Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de graduação, ou no âmbito de projetos de pesquisa financiados por agências de fomento ou instituições de pesquisa.

III - Integrar Grupo de Pesquisa cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);

IV- Comprovar a publicação de, no mínimo, dois artigos na área de Comunicação, Informação e Museologia nos estratos A do Qualis ou localizadas no primeiro quartil nas bases de dados *Web of Science* ou *Scopus*, nos últimos cinco anos, em periódicos científicos não editados pela Faculdade de Ciência da Informação da UnB;

V- Apresentar plano de trabalho alinhado à Área de Concentração e Linhas de Pesquisa do PPGCINF, conforme Art. 9.º;

VI - Comprovar ser docente ou servidor(a) do quadro efetivo da UnB, ou ter vínculo ativo firmado como professor(a) colaborador(a) da instituição.

Art. 9º. O plano de trabalho deve conter:

I – Projeto de pesquisa científica cadastrado na Plataforma Lattes;

II – Explicitação do alinhamento com a área de concentração e com uma das Linhas de Pesquisa do Programa;

III- Previsão de produção intelectual qualificada;

IV – Sugestão de disciplinas a serem ministradas ao longo do quinquênio.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS PARA REcredENCIAMENTO

Art. 10. Na solicitação de recredenciamento de docentes, os(as) interessados(as) devem comprovar o cumprimento dos seguintes requisitos:

I - Comprovar ser docente ou técnico(a)-administrativo(a) do quadro efetivo da UnB, ou ter vínculo ativo firmado como professor(a) colaborador(a) na instituição.

II- Coordenar projeto de pesquisa devidamente registrado na Plataforma Lattes.

III- Ter ministrado, anualmente, pelo menos, 4 (quatro) créditos em disciplinas no PPGCINF.

IV – Ter concluído nos últimos cinco anos ou contar com, no mínimo, duas orientações de discentes de mestrado e/ou doutorado em andamento no PPGCINF.

V- Integrar Grupo de Pesquisa cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

VI- Apresentar plano de trabalho alinhado à Área de Concentração e a uma das Linhas de Pesquisa do PPGCINF, conforme Art. 9.º.

VII - Apresentar comprovação, no caso de professor(a) ou técnico(a)-administrativo(a) ativo(a) do quadro da UnB, de realização de ao menos uma ação de extensão cadastrada no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UnB, nos últimos cinco anos.

VIII - Alcançar produção mínima indicada em cada um dos itens listados no Quadro I (Requisitos para credenciamento), nos últimos cinco anos, a contar do ano e mês da solicitação.

CAPÍTULO IV

DO DESCREDENCIAMENTO

Art. 11. O credenciamento terá validade de 5 (cinco) anos, a contar da data de emissão do ato de credenciamento pelo DPG/UnB.

Art. 12. A duração do credenciamento, conforme estabelecido na Resolução da CPP n.º 02/2011, somente poderá ser reduzida por meio de processo de descredenciamento.

Art. 13. O descredenciamento de docentes ocorrerá nas seguintes circunstâncias:

I - A pedido do(a) docente, a qualquer momento, mediante envio de memorando com justificativa à Coordenação do PPGCINF.

II- Pela ausência de envio da solicitação de credenciamento.

III- Pelo não cumprimento dos critérios de credenciamento, estabelecidos nesta Resolução.

IV- Pela falta de comparecimento em reuniões do Colegiado de Pós-Graduação, conforme definido no Art. 51 do Estatuto e Regimento Geral da UnB.

V- Pelo descumprimento do Regulamento do Programa.

Art. 14. Os(As) docentes que estiveram afastados(as) por licença-maternidade ou para realização de estágio pós-doutoral, terão suas exigências para credenciamento proporcionalmente consideradas.

§ 1.º De acordo com o Artigo 2.º da Resolução da CPP n.º 012/2020, durante a avaliação do pedido de credenciamento da docente que esteve em licença-maternidade, serão adicionados 12 (doze) meses ao período de comprovação de desempenho acadêmico estabelecido nas normas do respectivo Programa de Pós-Graduação.

§ 2.º. Para os(as) docentes que estiverem afastados(as) para a realização de Estágio Pós-doutoral, o período de afastamento, limitado a 12 (doze) meses, serão desconsideradas, proporcionalmente, as exigências constantes no Inciso III do Art. 10.

Art. 15. Os(As) docentes que ocuparam cargos de Direção, Vice-Direção e Coordenação de cursos de Graduação e Pós-Graduação *stricto sensu*, ou assumiram cargos na administração central da UnB, ou que estejam cedidos(as) ou tenham sido requisitados(as) por órgãos do governo Federal ou Distrital/Estadual, são dispensados:

I – das atividades descritas no inciso III do Art. 10.

II – de 5% da produção exigida no inciso VIII do Art. 10, para cada ano de atividade.

Art. 16. Docentes que não tenham seu credenciamento aprovado pelo Programa poderão, a qualquer momento, solicitar novo credenciamento, desde que atendam às exigências desta Resolução.

Art. 17. Os(As) docentes descredenciados(as) pelo Programa poderão, a qualquer momento, solicitar credenciamento, desde que cumpridas as exigências estabelecidas nesta Resolução para esta categoria.

Parágrafo único. Decorrido o período de um ano, o(a) docente descredenciado(a) tem a oportunidade de solicitar um novo processo de credenciamento, seguindo as diretrizes estabelecidas para novos credenciamentos.

Art. 18. O Colegiado poderá, excepcionalmente, conceder aos(às) docentes descredenciados(as) o credenciamento para orientação específica, visando a conclusão de orientações em curso, desde que a proporção de docentes colaboradores(as) não ultrapasse 30% do quadro docente.

Parágrafo único. Para orientação específica, a coordenação do Programa buscará designar um(a) novo(a) orientador(a), podendo, caso necessário, o(a) orientador(a) descredenciado(a) atuar como coorientador(a),.

CAPÍTULO V

DA PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES EM OUTROS PROGRAMAS

Art. 19. Os(As) docentes permanentes do PPGCINF poderão participar, simultaneamente, como docente permanente, colaborador(a) ou visitante, de até outros dois Programas de Pós-Graduação.

Art. 20. A atuação como docente permanente em até três Programas será admitida, excepcional e temporariamente, nas situações previstas no Art. 4.º da Portaria da CAPES n.º 81/2016.

Art. 21. A relação orientador(a)/orientandos(as) é limitada a um máximo de 8 (oito) estudantes por orientador(a), considerados todos os Programas em que o(a) docente estiver credenciado(a).

CAPÍTULO VI

DO PROCEDIMENTO E PROCESSAMENTO DE SOLICITAÇÃO

Seção I

Do Procedimento de Solicitação

Art. 22. O pedido de credenciamento pelos(as) interessados(as) pode ser realizado em fluxo contínuo, sendo facultado ao Programa lançar editais de chamamento.

Art. 23. Os(As) docentes devem encaminhar suas solicitações de credenciamento à Coordenação do PPGCINF, com três meses de antecedência em relação ao término do prazo de validade do credenciamento.

Art. 24. O pedido de credenciamento e credenciamento de docentes junto ao PPGCINF deverá ser formalizado por meio de memorando dirigido à Coordenação do Curso de Pós-Graduação.

Art. 25. As solicitações de credenciamento e credenciamento no PPGCINF devem ser submetidas à coordenação do Programa por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Art. 26. No momento da solicitação de credenciamento e credenciamento é necessário apresentar as devidas comprovações, levando em consideração o ano e o mês em que o pedido é realizado.

Art. 27. As evidências que atestam o cumprimento dos requisitos para credenciamento podem ser substituídas pela indicação dos *links* pertinentes, desde que acessíveis e abertos.

Art. 28. O relatório gerado pelo Sistema de Acompanhamento de Desempenho Docente (SADD) pode ser utilizado para corroborar as exigências do processo de credenciamento e credenciamento.

Seção II

Do Processamento dos Pedidos

Art. 29. A Coordenação do Programa realizará monitoramentos regulares das circunstâncias e da produção científica que podem levar ao credenciamento, conforme descrito no Art. 13. Poderá, então, solicitar esclarecimentos ao(a) interessado(a) e/ou designar uma comissão para avaliar o caso em questão.

Art. 30. Todos os pedidos de credenciamento e credenciamento no PPGCINF serão analisados pelo Colegiado do Programa com base em parecer que será, posteriormente, encaminhado ao Decanato de Pós-Graduação (DPG)/UnB.

Art. 31. A Coordenação do Programa realizará uma revisão prévia dos aspectos formais do pedido, além de verificar se ele está em conformidade com as disposições estabelecidas no CAPÍTULO I deste Regulamento, antes de encaminhá-lo para elaboração de parecer à Comissão de credenciamento, credenciamento e credenciamento.

Parágrafo único. Caso sejam identificadas inconsistências durante a verificação, a Coordenação poderá solicitar correções ao requerente ou recomendar ao Colegiado do Programa o indeferimento do pedido.

Art. 32. As solicitações de credenciamento, credenciamento e credenciamento serão apreciadas pelo Colegiado do Programa, com base em parecer emitido por comissão formada por três docentes do PPGCINF.

§ 1.º A comissão será designada por sorteio para conduzir a análise dos pedidos de credenciamento, credenciamento e descredenciamento.

§ 2.º Composta por professores(as) do corpo docente permanente do Programa, a comissão representará, sempre que possível, as duas linhas de pesquisa.

Art. 33. A Coordenação do PPGCINF deve realizar o registro do(a) docente com credenciamento aprovado nos sistemas da Capes, nas categorias permanente e colaborador(a), seguindo as diretrizes estabelecidas no CAPÍTULO I desta Resolução e levando em conta a produção científica qualificada do(a) docente, com o objetivo de obter melhor desempenho nas avaliações do Programa.

Art. 34- As situações excepcionais ou não previstas serão tratadas em primeira instância pela Comissão de Pós-Graduação (CPG) e, em segunda instância, pelo Colegiado do PPGCINF, sendo possível recorrer à CPP da UnB.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35. É obrigatório o uso desta resolução para os(as) docentes já credenciados(as) no Programa, cujo prazo para solicitação de credenciamento seja superior a dois anos e meio (913 dias).

Art. 36. A adoção desta resolução é opcional para os(as) docentes já credenciados(as) no Programa, desde que o prazo para solicitação de credenciamento seja inferior a 30 meses. Neste cenário, o(a) pleiteante pode optar por utilizar a Resolução PPGCINF/UnB n.º 01/2018.

Art. 37. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e será automaticamente aplicável aos casos de novos credenciamentos.

Art. 38. Os casos omissos serão apreciados pelo Colegiado do PPGCINF.

Brasília, 27 de junho de 2024.

QUADRO 1- REQUISITOS PARA REEDENCIAMENTO (ÚLTIMOS CINCO ANOS)

Item	Requisito	Quantidade
1	Publicação de artigo em periódico científico ¹ classificado nos estratos A1 ou A2 do Qualis da área de Comunicação, Informação e Museologia, nos últimos cinco anos.	1
2	Publicação de artigo em língua estrangeira em periódico científico classificado nos estratos A do Qualis da área de Comunicação, Informação e Museologia, nos últimos cinco anos, que não tenham sido pontuados no item anterior. Observação: Alternativamente pode ser substituído por artigo publicado em periódico da Área de Comunicação, Informação e Museologia editado no exterior.	1
3	Coordenação geral ou adjunta de Programa ou Projeto de Extensão ou Prestação de Serviços, conforme estabelecido na Resolução da Câmara de Extensão n.º 1/2020 aprovado pelo Decanato de Extensão (DEX), com a participação de alunos do PPGCINF ² ; OU Realização de duas colaborações esporádicas, conforme estabelecido na Resolução do Conselho Universitário (Consuni) n.º 20/2014; OU Coordenação, Vice-Coordenação ou Gestão de projeto de pesquisa, ensino ou extensão, com financiamento, nos termos da Resolução da Câmara de Projetos, Convênios, Contratos e Instrumentos Correlatos (CAPRO) n.º 1/2019; OU	1

	Atuação como editor em revista científica na área de Ciência da Informação, por no mínimo dois anos. As ações constantes do Item 3 somente serão consideradas se estiverem registradas na Plataforma Lattes e forem comunicadas à secretaria do Programa anualmente. Observação: alternativamente pode ser substituída por artigo publicado nos estratos A1 ou A2 ³ , desde que não tenha sido pontuado nos itens anteriores.	
4	Publicação de livro autoral, nos últimos cinco anos, por editora universitária ou que tenha a participação de pesquisadores(as) vinculados(as) a, pelo menos, quatro Programas de Pós-Graduação da área de Comunicação, Informação e Museologia e áreas afins. Observação: alternativamente pode ser substituída por artigo publicado nos estratos A1 ou A2 ⁴ , desde que não tenha sido pontuado nos itens anteriores.	1
5	Publicação de capítulo de livro, nos últimos cinco anos em obra que tenha a participação de pesquisadores(as) vinculados(as) a, pelo menos, quatro Programas de Pós-Graduação da área de Comunicação, Informação e Museologia e áreas afins. Observação: alternativamente pode ser substituída por artigo publicado nos estratos A, desde que não tenha sido pontuado nos itens anteriores.	1
6	Comprovar a obtenção ou submissão de solicitação de financiamento à pesquisa, bolsa produtividade ou auxílio a eventos, a instituições e agências de fomento, nos últimos cinco anos. Observação: alternativamente pode ser substituída por artigo publicado nos estratos A ⁵ , desde que não tenha sido pontuado nos itens anteriores.	1
7	Publicação de coletânea científica como organizador, que conte com a participação de pesquisadores(as) vinculados(as) a, pelo menos, quatro Programas de Pós-Graduação da área de Comunicação, Informação e Museologia e áreas afins. Observação: alternativamente pode ser substituída por artigo publicado nos estratos A ⁵ , ou de um trabalho publicado nos Anais do ENANCIB, desde que não tenha sido pontuado nos itens anteriores.	1
8	Publicação de um trabalho nos Anais do ENANCIB, nos últimos cinco anos.	1

¹ Para efeitos de credenciamento e credenciamento, não serão levados em consideração trabalhos publicados em revistas que não sejam artigos científicos, tais como editoriais, resenhas, resenhas, resumos, traduções, entrevistas, entre outros. Além disso, não serão aceitos artigos publicados em periódicos publicados pela Faculdade de Ciência da Informação da UnB.

² Para efeitos de credenciamento e credenciamento, não serão aceitas ações de extensão.

³ No caso de periódicos científicos não classificados pelo Qualis CAPES, serão consideradas revistas da área de Comunicação, Informação e Museologia com um índice H superior a 25, conforme verificado pelo Google Acadêmico. Também serão aceitos artigos publicados em revistas classificadas no primeiro e segundo quartil das bases de dados *Web of Science* ou *Scopus*.

⁴ No caso de periódicos científicos não classificados pelo Qualis CAPES, serão consideradas revistas da área de Comunicação, Informação e Museologia com um índice H superior a 25, conforme verificado pelo Google Acadêmico. Também serão aceitos artigos publicados em revistas classificadas no primeiro, segundo ou terceiro quartil das bases de dados *Web of Science* ou *Scopus*.

⁵ No caso de periódicos científicos não classificados pelo Qualis CAPES, serão consideradas revistas da área de Comunicação, Informação e Museologia com um índice H superior a 25, conforme verificado pelo Google Acadêmico. Também serão aceitos artigos indexados nas bases de dados *SciELO*, *Latindex 2.0*, *Web of Science* ou *Scopus*.



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Carvalho Britto, Coordenador(a) da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação**, em 27/06/2024, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11367687** e o código CRC **3CE5F3C4**.

